

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 179 - Brasília, quinta-feira, 7 de março de 1996

## Nova organização para a carreira de policial federal

O Senado aprovou ontem projeto que reorganiza as classes da carreira de policial federal, fixando novos vencimentos para a categoria e reajustando em 200% a gratificação de atividade policial e de atividade de risco.

O relator da matéria, senador Romeu Tuma (PSL-SP), observou que a proposição, "além de recompor a remuneração da Polícia Federal, contribui para resolver o grave problema que são as ações judiciais impetradas pelos funcionários do órgão para corrigir distorções salariais".

A proposição foi aprovada com a inclusão de isonomia salarial para policiais civis dos ex-territórios em relação à Polícia Federal, por meio de emenda de plenário apresentada pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

Outra emenda de plenário aprovada, de autoria da senadora Júnia Marise (MG), líder do PDT, estende a isonomia aos funcionários administrativos da Polícia Federal. A matéria volta à Câmara para exame das emendas introduzidas pelo Senado.

## NESTA EDIÇÃO

### CCJ autoriza Comissão Especial de Investigação

Página 4

### Marina quer projeto para o Norte

A senadora Marina Silva reclamou da ineficácia do Fundo Constitucional do Norte. Segundo ela, a região precisa de um projeto de desenvolvimento discutido com a sociedade. **Página 4**



A Comissão de Assuntos Econômicos criou grupo de trabalho para regulamentar o sistema financeiro

## Senado aprova CPI para investigar os bancos

*Valadares diz que idéia é averiguar empréstimos e balancetes fictícios, bem como a remessa ilegal de moeda para o exterior*

O Senado aprovou ontem a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a responsabilidade civil ou criminal de agentes públicos ou privados do Sistema Financeiro Nacional que, por ação ou omissão, tenham causado prejuízos à União. A proposta foi apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), em requerimento submetido por mais 28 senadores.

A comissão também deverá investigar os bancos que, a partir de 1995, tenham sido atingidos por intervenção ou colocados em regime de administração especial. Conforme Valadares, a idéia é averiguar em profundidade a prática de atividades ilícitas relacionadas com empréstimos e balancetes fictícios, bem como a remessa ilegal de moeda para o exterior.

A CPI deverá ter 13 membros e 13 suplentes, encerrando seus trabalhos em 180 dias após a instalação. Apurados os fatos, suas conclusões deverão ser encaminhadas ao Ministério Público.

Ao defender a instalação da

CPI, Valadares disse que, apesar de incansáveis esforços, o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, não conseguiu convencer os senadores da lisura daquela instituição em suas relações com os bancos privados.

Em aparte a Valadares, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) explicou que a CPI não vem para desestabilizar o sistema financeiro, visto que, em sua opinião, o que pode causar essa desestabilização "é a cortina de fumaça que se procura jogar sobre a questão".

Também em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) fez um apelo para que os líderes indiquem logo seus representantes na CPI. O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) observou que o próprio governo deveria interessar-se pela investigação desses fatos.

Reunida ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos decidiu constituir um grupo de trabalho para estudar a regulamentação do artigo da Constituição que trata do Sistema Financeiro Nacional. **Página 3**

## Sarney nega ameaça à estabilidade

A instalação da CPI para investigar o sistema financeiro não deve ser encarada como uma ameaça à democracia, nem à estabilidade econômica. A garantia foi dada ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, que em entrevista coletiva caracterizou a comissão como "instrumento de normalidade dentro do regime democrático".

"A CPI não vai atrapalhar, de

maneira nenhuma", disse Sarney, assegurando que as atividades legislativas não serão afetadas:

- O Senado e o Congresso continuam com suas funções normais, votando, até mais rapidamente se for necessário, cumprindo com suas tarefas e responsabilidades e pensando, como sempre, nos mais altos interesses nacionais - disse.

## Morte de Magalhães Pinto causa pesar

O presidente do Senado, José Sarney, comunicou ao plenário o falecimento do ex-senador José de Magalhães Pinto. Sarney encaminhou requerimento, logo aprovado, para inserção em ata de voto de pesar, apresentação de condolências à família e ao Estado de Minas Gerais, assim como envio de uma representação da Casa aos funerais. Da tribuna, o senador José Fogaça (PMDB-RS), associou-se aos sentimentos.

## Dutra registra a perda de Perseu Abramo

A morte do jornalista Perseu Abramo, que ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores no final da década de 70, foi lamentada em plenário pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Ele ocupava, aos 66 anos, o cargo de secretário de formação política da Executiva Nacional do PT. Dutra lembrou que Perseu atuou nos principais meios de comunicação do país.

# Tuma quer tranquilidade de volta ao Senado

*Conselho de Ética e Corregedoria reúnem-se para prevenir incidentes*

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar vai reunir-se com a Corregedoria do Senado Federal para avaliar as possíveis conseqüências dos desentendimentos entre senadores verificados nos últimos dias. O corregedor Romeu Tuma (PLS-SP), disse ontem que o clima no Senado tem ficado pesado e alguns parlamentares estão

angustiados e temerosos com o possível desdobramento desses fatos.

- É preciso trazer de volta a tranquilidade à Casa. Não podemos promover determinados atos como os de terça-feira -, afirmou Tuma, referindo-se ao incidente entre os senadores Antonio Carlos Magalhães e Ney Suassuna.

## Rocha lamenta falsa imagem

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lamentou ontem o desentendimento entre os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Ney Suassuna (PMDB-PB), ocorrido durante a exposição do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. Rocha afirmou que o Congresso foi palco de uma situação desagradável, passando para o povo uma

imagem que não reflete o dia-a-dia de suas atividades.

- Não há dúvida - disse Rocha - sobre a falta de decoro parlamentar verificada na tarde de terça-feira. Esse fato merece uma análise do Conselho de Ética do Senado, independentemente de os envolvidos quererem ou não levar o caso adiante, pois a satisfação maior deve ser dada ao país.



Lúcio Alcântara

## Alcântara vê riscos na globalização da economia

"A globalização da economia tem seu lado positivo, mas também tem seus riscos e limites, e um deles é a falta de ação visando combater as desigualdades sociais no futuro", advertiu o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Para ele, as reformas propostas pelo governo "não acenam com um amanhã radioso para as populações carentes".

Alcântara crê que somente o engajamento de organizações internacionais "neste processo de desenvolvimento que parte do financeiro para o social" poderá criar alternativas para o progresso baseado no humanismo. Solidarizaram-se com Alcântara os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Marina Silva (PT-AC), Arthur da Távola (PSDB-RJ), e José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

# Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h30 - Recebe o senador Roberto Freire e diretores do Banespa.

10h - Recebe o presidente do Congresso do Líbano, Nabih Berry.

10h30 - Recebe o prefeito de Macapá, João Bosco Papaleo Paes.

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

**Pauta:** Terceiro dia de discussão em primeiro turno das "PECs nºs 5/95, que condiciona o recesso parlamentar à aprovação do Orçamento; 27/95, que impede que membros do Ministério Público tenham atividades político-partidárias; e 51/95, que amplia de três para cinco o número de membros do Tribunal de Contas nomeados pelo governador eleito em estados nos dez primeiros anos de criação.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**Pauta:** Apreciação das seguintes matérias: "Mensagem nº 99/96, escolha do diplomata Carlos Augusto Rego Santos Neves para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Canadá; "Requerimento nº 1.447/95, requer nos termos regimentais, seja encaminhado ao governo da República da Nigéria, por intermédio de sua embaixada em nosso País, um voto de repúdio ao reforçamento de nove ativistas dos direitos humanos, um ato de barbárie que provocou a justa indignação da opinião pública mundial; "PDL nº

34/93, que aprova o Texto da Convenção nº 169 da OIT sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; e "PDL nº 65/94, que aprova o texto da Convenção sobre Cooperação Internacional e Proteção de Crianças e Adolescentes em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29.05.93. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** Exposição do Chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central do Brasil, Adilson Ferreira, acerca dos procedimentos contábeis utilizados pelo Banco Nacional. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

**Pauta:** Apreciação de diversos PDLs renovando a concessão a diversas emissoras de rádio para explorar serviço de radiodifusão. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 196/93 (não-terminativo), que estende o seguro-desemprego ao trabalhador rural; "PLC nº 81/94 (não-terminativo), que altera a CLT, dispondo sobre o **ius postulandi**, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista; "PLC nº 67/95 (não-terminativo), que regulamenta o exercício profissional da acupuntura e determina outras providências; e PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

# CAE estuda regulamentação do sistema financeiro

*Problemas com os bancos Econômico e Nacional, bem como deficiências no sistema de fiscalização do Banco Central, levam comissão a examinar novas leis para o setor*

## Requião contesta BC: Tesouro é que paga a conta

A afirmação de autoridades do governo federal de que o programa de salvamento de bancos em dificuldades não exigiu dinheiro do Tesouro foi contestada ontem, com veemência, pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Conforme Roberto Requião, no programa de salvamento de bancos o BC foi obrigado a retirar dinheiro do mercado, "ao que tudo indica com a contrapartida de lançamento de títulos governamentais". Ou seja, o BC teve de usar títulos do Tesouro Nacional.



Requião

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado criou ontem um grupo de trabalho para estudar e propor a regulamentação do artigo 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro nacional. As crises dos bancos Econômico e Nacional, juntamente com as deficiências do sistema de fiscalização do Banco Central, motivaram a decisão, segundo informou o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), presidente da CAE.

Na reunião deveria ter sido tomado o depoimento do ex-vice-presidente do Nacional Clarimundo José de Sant'Ana, que se recusou a atender o convite formulado pela CAE, conforme correspondência distribuída aos integrantes da comissão. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou que recusas desse

tipo acabam por atestar a importância de uma CPI para investigar os bancos.

Por sua vez, o senador Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo, informou que em 10 dias o Banco Central encaminhará ao Ministério Público as informações e conclusões da comissão de inquérito sobre as fraudes do Nacional, possibilitando a partir daí a

denúncia criminal dos responsáveis.

Para hoje, está previsto o depoimento o chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Adilson Ferreira. Na próxima quarta-feira (dia 13), deverão comparecer à CAE os irmãos Marcos e Eduardo Magalhães Pinto, representantes da família que controlava o Banco Nacional.

## Rolagens de dívidas também aprovadas

A Comissão de Assuntos Econômicos também aprovou ontem autorização para emissão de letras financeiras destinadas a rolagens de dívidas.

A CAE aprovou ainda projeto do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) disciplinando os registros das operações financeiras externas que en-

tram no país na forma de doações não-reembolsáveis.

Projeto recebido da Câmara dos Deputados que propõe a criação de um amplo sistema de informações agrícolas foi igualmente aprovado. Os projetos aprovados ontem pela CAE dependem ainda de deliberação do plenário.

## Benedita questiona socorro da CEF e do BB ao Nacional



Benedita

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que, após os escassos esclarecimentos do presidente do

Banco Central ao Congresso, ficou claro que, além de uma CPI para investigar o sistema financeiro, o Senado deve exigir que todo empréstimo a bancos em dificuldades dever ser submetido a sua aprovação prévia.

Benedita enumerou perguntas feitas a Gustavo Loyola e não respondidas sob o argumento de que se trata de sigilo bancário. Entre as perguntas, a senadora questionou a razão de a Caixa Econômica e o Banco do Brasil emprestarem R\$ 3,5 bilhões ao Banco Nacional, que já enfrentava sérias dificuldades.

## Fogaça pede investigação profunda

O senador José Fogaça (PMDB-RS) advertiu ontem que a CPI criada para apurar as denúncias de irregularidades que estariam ocorrendo no âmbito do sistema financeiro "deve ter a coragem de investigar as raízes profundas e viciadas do poder econômico do país". O senador espera que essa comissão atue no limite da sensatez, sob pena de provocar a desestabilização do



Fogaça

sistema financeiro.

Fogaça disse temer que "prevaleça o interesse de apenas atacar o governo e, atingindo os indefesos funcionários do Banco Central, esqueça de investigar os banqueiros, as famílias donas de dinheiro e seus ancestrais que há muito dominam o poder econômico do país".

Em apertes, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e José Eduardo Dutra (PT-SE) manifestaram expectativa de que essa CPI não tenha o mesmo destino da CPI dos Corruptores, que sequer foi instalada.

## PT já indica representante na CPI

O líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), anunciou ontem que o nome do seu partido para integrar a CPI do Sistema Financeiro é o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Logo depois, o senador Bernardo Cabral (AM) pediu a palavra para esclarecer que não foi o últi-

mo entre os 29 signatários do requerimento de criação da CPI.

O autor do requerimento da CPI, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), esclareceu que, de fato, houve equívoco na ordenação dos signatários, visto que Cabral foi um dos primeiros a assinar o documento.

## Júnia suspeita dos motivos de criação do Proer



Júnia

A senadora Júnia Marise (PDT-MG), depois de apoiar a criação da CPI para investigar o sistema financeiro, afir-

mou ontem que o depoimento do presidente do Banco Central "não conseguiu afastar a suspeita de que a criação do Proer, o programa que incentiva a fusão de bancos em dificuldades, teve o objetivo de facilitar a venda da parte boa do Banco Nacional".

Essa suspeita, na opinião da senadora, é mais grave que a falha da fiscalização do BC sobre as contas do Nacional: "Ainda existem várias dívidas sem repostas. Loyola não deu uma explicação convincente para a diferença no tratamento dispensado pelo Banco Central ao Nacional".

# CCJ aprova Comissão Especial de Investigação

Objetivo da proposta de Pedro Simon é criar grupo que colabore com o Congresso Nacional, em especial com as CPIs, na realização de procedimentos investigatórios

## Marina quer acabar com burocracia

A senadora Marina Silva (PT-AC) reclamou da ineficácia do Fundo Constitucional do Norte (FNO), que, a seu ver, embora tenha carreado recursos, não tem garantido uma racional e eficaz operacionalização de investimentos capaz de propiciar o desenvolvimento da região.

Marina lamentou a ausência de um projeto de desenvolvimento que seja amplamente discutido com a sociedade, para que a região Norte não seja vista apenas como a parte do Brasil desfavorecida pelo crescimento econômico. Marina sustentou que, pelo contrário, a Amazônia é o futuro brasileiro, visto que tem os recursos naturais que poderão garantir a sobrevivência da humanidade.

## Jucá pede revisão do Imposto Territorial em RR

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apelou ao ministro da Fazenda e ao secretário da Receita Federal para que determinem a revisão do imposto territorial rural cobrado este ano em Roraima. Em sua opinião, o fato é grave, visto que as guias de cobrança distribuídas pela Receita Federal extrapolam exageradamente as previsões de cálculo para esse imposto. Em muitas cidades, segundo o senador, o imposto cobrado é superior ao preço da propriedade.



O plenário da CCJ aprova várias proposições

## Mauro Miranda cobra modernização das estradas

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu a modernização da malha rodoviária nacional, dos meios de transportes e dos portos, para facilitar o escoamento da produção de grãos e, dessa forma, contribuir para que o país fique em condições de absorver novos investimentos externos.

Mauro comentou reportagem da revista *Globo Rural* que denuncia a omissão do governo na implementação da lei dos portos. Citando como exemplo o Porto de Santos, o senador disse que faltam ser adotadas importantes definições no que se refere a uma política de tarifas.

## Tebet destaca privatização da Malha Oeste

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o processo de privatização do sistema ferroviário brasileiro, iniciado ontem com o leilão da Malha Oeste da Rede Ferroviária Federal, evitará o colapso no transporte de cargas no país.

Segundo ele, a desestatização vai ajudar ainda a reduzir o déficit público e modernizar as ferrovias do país. Com aquele leilão, segundo o senador, ficou provado que o programa de desestatização atrairá mais investimentos para o Brasil.

## Tuma elogia o Projeto Visão

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) enalteceu o alcance social do *Projeto Visão*, promovido pela Clínica de Oftalmologia do Hospital das Clínicas de São Paulo, visando

operar de catarata 1.200 pacientes cegos e 1.600 deficientes visuais carentes. Em dois anos e meio, já foram operadas mais de 2 mil pessoas, uma média de 22 a cada sábado.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que autoriza a criação, pelo Poder Executivo, de uma Comissão Especial de Investigação, para atuar no âmbito da administração federal direta e indireta. Conforme o projeto, a comissão será presidida pelo ministro da Administração e composta por sete membros escolhidos pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal.

Relatado favoravelmente pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o projeto aperfeiçoa a antiga Comissão Especial de Investigação, criada pelo então presidente Itamar Franco, por sugestão de Simon, e desativada no atual governo. Sua principal função será a de prestar ao Congresso Nacional, em especial às CPIs, a colaboração necessária à realização de procedimentos investigatórios.

A matéria poderá ser remetida diretamente ao exame da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para seu exame pelo plenário do Senado.

A CCJ também aprovou projeto de Roberto Freire (PPS-PE) que cria incentivos para a instalação de fábricas de veículos e peças no Nordeste e no Norte, e ainda na área de Minas Gerais incluída no Polígono das Secas. Outro projeto aprovado, de Marluce Pinto (PMDB-RR), dispõe sobre prazo para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odaírc Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célso Azevedo, Márcia Kalume e Adílio Nascimento ■ Revisão: Soráia F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.